Ata da 7ª Sessão Ordinária, do 1º Período Legislativo Ordinário, da 4º Sessão Legislativa, da 14ª Legislatura, realizada no dia vinte e seis de março do ano de dois mil e doze, no Plenário Jurceu Sakuma, sob a presidência do **Vereador Alaerte Rodrigues dos Santos** e secretariada pelo **Vereador Ângelo Prudêncio de Britto**. Às dezoito horas e trinta minutos, foi registrada a presença dos seguintes Vereadores: **Helena Frederico Izelli, Jorge Leandro Delconte Ferreira, Manoel Duque da Costa, Osmar Pereira e Paulo Sérgio Avanço**. Havendo numero legal o Sr. Presidente declarou aberta a sessão. Inicialmente o Sr. Presidente Alaerte Rodrigues dos Santos convidou todos a se levantar para ouvir uma mensagem da Sagrada Escritura, que se encontra no Mateus 25, 31-34, a leitura foi feita pelo Vereador Paulo Sérgio Avanço. Logo após foi submetida à apreciação do Plenário a Ata da 5ª Sessão Ordinária realizada no dia doze de março de dois mil e doze, sendo aprovada por unanimidade. Em seguida o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro Secretário, nobre Vereador Ângelo Prudêncio de Britto, a proceder à leitura do **EXPEDIENTE**, para a sessão de hoje, que constou do seguinte: 01 – Ofício n.º 40/2012 do Prefeito Municipal em atenção a Indicação n.º 07/2012 do Vereador Osmar Pereira, no qual solicita a limpeza da pista de caminhada. O Sr. Prefeito informa que será encaminhado ao setor competente para providências. 02 – Ofício n.º 41/2012 do Prefeito Municipal em atenção a indicação n.º 08/2012 dos Vereadores Paulo Sérgio Avanço, Alaerte Rodrigues dos Santos, Ângelo Prudêncio de Britto, Antonio Pedro da Silva, Cícero Souza da Silva, Manoel Duque da Costa e Osmar Pereira, no qual solicitam recape asfáltico nas Rua Modesto Saldanha e Cassemiro Radominski. O Sr. Prefeito informa que está anotada a indicação. 03 – Ofício n.º 01/2012 do Colégio 14 de Dezembro, solicitando a doação de ovos de chocolate ou produtos pascoalinos. 04 – Projeto de Lei n.º 02/2012 da Mesa Executiva que reconhece a Associação de Câmara e Vereadores do Paraná – ACAMPAR, como entidade oficial representativa da Câmara Municipal de Peabiru. Para análise e parecer das comissões pertinentes. 05 – Indicação n.º 009/2012 dos Vereadores Ângelo Prudêncio de Brito, Alaerte Rodrigues dos Santos, Antonio Pedro da Silva, Cícero Souza da Silva, Manoel Duque da Costa, Osmar Pereira e Paulo Sérgio Avanço, solicitando a indicação de estacionamento de curta duração em frente as farmácias de nosso município.06 – Requerimento do Vereador Jorge Leandro Delconte Ferreira, solicitando licença de 30 dias do cargo de Vereador. Não constando inscritos para fazer uso da palavra no **pequeno expediente** o **Sr. Presidente** segue para ordem de inscritos no **grande expediente** passando a palavra a nobre **Vereadora Helena Frederico Izelli:** Primeiro quero falar sobre o lançamento do livro "Histórias de Famílias de Peabiru" recebi um exemplar e achei bastante interessante, acho que é um marco na história de Peabiru, pena que nem todas as famílias de pioneiros foram contempladas. Esse levantamento histórico é importante para contar a história de nossa cidade e quero agradecer o convite que fizeram para a minha participação e espero que no próximo lançamento, se houver, quero estar presente. Também quero comentar um assunto que é conhecimento de todos, não foi apenas uma reclamação que tive mais várias, então resolvi falar na reunião de hoje que é em relação a um bueiro que se localiza na saída para Araruna, na esquina da Av. São João com a Rua União da Vitória, tenho certeza que não reclamaram só comigo mais com os demais colegas também, esse bueiro não tem saída, o esgoto foi interrompido então a água vem pelo encanamento e sai para cima porque não tem saída e os moradores reclamam, gostaria que o executivo pudesse estar olhando essa situação, por que chove e a água fica parada sendo um motivo de preocupação. Quero falar também da limpeza das ruas, acredito que o novo sistema que foi adotado melhorou, aumentou o número de pessoas limpando e com isso a gente observa que as ruas ficaram mais limpas e com isso melhorou muito o visual de nossa cidade. Pela ordem fez uso da palavra o nobre **Vereador Jorge Leandro Delconte Ferreira**: Inicialmente quero comentar acerca de uma discussão que foi feita nesta casa sobre a influência ou

não do sindicato dos servidores municipais sobre a implantação do piso nacional do magistério, a esse propósito destaco inclusive o registro em ata desta discussão, inclusive a argumentação de que é uma lei federal e seria cumprido de qualquer maneira independente de qualquer mobilização dos servidores municipais, isso é muito bom, porque mostra que se está expresso na lei o prefeito acata e seria importante que o prefeito acatasse também o que está estabelecido no termo de parcelamento previdenciário feitos em dois mil e cinco, dois mil e seis, dois mil e sete, salvo engano em dois mil e oito e em dois mil e dez, cada vez que foi feito um parcelamento deste uma das clausulas dizia o seguinte: que se houvesse atraso de parcelas de normalidade considerar-se-ia aquele parcelamento como vencido, bom se parcelamos em dois mil e seis o parcelamento de dois mil e cinco, automaticamente se parcelou não pagou então naturalmente os anteriores estão vencidos, é o que está escrito num documento de parcelamento e que diz inclusive que independe de interpelação judicial. Bom se está inscrito numa pactuação entendo que tenha força de um instrumento legal, mas talvez diga a respeito apenas a outras leis e não a parcelamentos, então temos a lei dos resíduos sólidos que estabelece como responsabilidade dos municípios implantarem programa de coleta de resíduos sólidos, então de repente seria bom que o prefeito cumprisse essa lei, acho que seria interessante para o município. Com relação ao plano de cargos e salários, por exemplo, será que não faz parte do escopo de cumprimento da lei pagar o retroativo, não do ano de implantação, mas do ano que foi promulgada a lei, porque ela foi para discussão no supremo mais o encaminhamento para o supremo não suspende a validade da lei, a lei só fica suspensa se o supremo entender que ela é inconstitucional, ou que esta inadequada ou que ela deve ser aplicada futuramente, salvo essas situações ela deve ser aplicada desde que foi promulgada, então me parece que tem até retroativos. Fico pensando que não precisamos falar porque se está expresso em lei o prefeito automaticamente vai cumprir, então queria fazer um apelo, muito respeitosamente, a este governo municipal se não é necessário que a gente reivindique essa coisas, nem nós, eu como oposição e representante de um partido de oposição e que respeito esse governo, não só pelos cargos mais pelas pessoas que estão por trás desses cargos, mas se não precisamos cobrar então eu peço ao executivo que simplesmente cumpra a lei, é só cumprir e a gente não reivindica. Agora se é necessário reivindicar, se é necessário denunciar, se é necessário cobrar igual fizemos, por exemplo, com relação ao aterro sanitário cuja pretensão do prefeito era colocar o aterro sanitário na mesma propriedade que a gente faz capitação de água, num gesto de despreocupação com a questão ambiental e com o futuro de nossos filhos e netos, então não sei por que temos essa instância estalada aqui. Quero também aproveitar esta oportunidade para parabenizar os autores do livro “Histórias das famílias de Peabiru” em especial ao Arleto, e também aos demais autores João Carlos Klein e Professor Luiz Bassi e quero destacar também que desses três autores dois deles já fizeram muita história em Peabiru que são o João Carlos Klein e o Professor Luiz Bassi e um deles acredito que fará muita história em Peabiru e coloco muitas expectativas nesse menino, vou chamar de menino porque estudou comigo, acho que o Arleto tem um futuro brilhante pela frente. Quero também utilizar esse momento da palavra para justificar essa minha solicitação de afastamento por trinta dias, como é de conhecimento de alguns fui selecionado para um para um programa de doutorado em economia na UEM e algumas atividades desse programa de doutorado são intensivas e ocorrerão agora no início do mês de abril e isso vai me tomar muito tempo e não acho justo utilizar esse tempo e não desempenhar minhas funções aqui como legislador e por conta disso solicitei meu afastamento pelo período de trinta dias. Quero inclusive fazer um pedido aos companheiros e em especial ao companheiro Osmar que é presidente do PPS, quero pedir que se puderem comunicar aos vossos partidos que esse afastamento é temporário e que não é renuncia de mandato como um militante do PPS destacou fortemente em várias oportunidades, então se puderem fazer

essa gentileza ficarei muito grato. Destaco que poderia não me licenciar e simplesmente faltar em quatro sessões e justificar essas faltas, mas entendo que isso não seria justo ao tempo que vou dar oportunidade para o meu suplente para aproveitar esse momento para exercer a função de vereador por que a gente sabe que como vereadores de primeiro mandato, que nos elegemos com uma expectativa e pensando num estilo de atuação e na pratica você não consegue colocá-lo em prática por que muitas vezes você não conhece o processo legislativo. Quero comentar outra coisa que entendo ser importante, em relação a defesa dos interesses dos servidores públicos e não falando do sindicato mais do fundo municipal de previdência, me parece ser um contra-senso a gente ter a possibilidade de quem presidente o fundo municipal de previdência seja alguém que tenha cargo comissionado não por quem é o presidente hoje e sim pelo simples fato de exercer um cargo comissionado por que à momentos do fundo municipal de previdência que podem ser conflitante com o interesse da administração municipal e como alguém que tem cargo comissionado se posiciona frontalmente contra os interesses do governo municipal, acho importante o servidor municipal pensar sobre essa situação. Por fim quero pedir ao Presidente desta casa, formulando um requerimento verbal, para que esta casa investigue a questão por mim levantada a respeito da correção salarial de quem ganha abaixo do salário mínimo e quando vira o ano tem seu salário ajustado para o salário mínimo, se essa pessoa tem o direito ou não de receber a correção que é ofertada para a categoria dos servidores, então gostaria que fosse levantado juridicamente algo sobre essa questão antes de fazermos qualquer cobrança ao executivo. Pela ordem fez uso da palavra o nobre **Vereador Osmar Pereira**: Bom o nobre companheiro falou sobre a questão do PPS e se puder me dizer quem foi que falou que você estava renunciando, por que não sei como chegou ao conhecimento desta pessoa, mas acredito que foi pelo site boca santa, é uma conduta que sou completamente contrário. Desconfio de quem seja, mas a primeira coisa antes de se falar algo sobre alguém deve-se ter conhecimento de causa, não foi o PPS que fez isso e repúdio essa atitude de todas as formas e em nome do PPS peço desculpas. Outra questão que gostaria de falar é sobre o que esta acontecendo no país que dá até vergonha, como é tratado o dinheiro público, o problema é em nível nacional, uma situação vergonhosa. Sobre a questão do sindicato fui uma das pessoas que falaram sobre o aumento, por que no primeiro dia que vi na televisão já corri atrás, como disse queria ser o pai, então sobre essa questão não houve pressão, agora quanto às outras coisas sim devemos cobrar, sempre digo que o professor deve ser o melhor remunerado por que é onde começa tudo e além dos professores existem outras classes que cobram da gente e gostaria que fosse agido a mesma forma. Sobre a questão do livro também fiquei super contente com as famílias que foram agraciadas, claro que tem outras famílias que estão aqui até a mais tempo, mas foi apenas a primeira edição e provavelmente terão várias outras. Fiquei muito contente com a capacidade do Arleto, o João Carlos a gente já conhecia assim com o Professor Luizinho, mas o Arleto me surpreendeu positivamente e lhe desejo sucesso, pois é um rapaz que luta de uma família antiga em Peabiru. Pela ordem fez uso da palavra o nobre **Vereador Ângelo Prudêncio de Britto**: Gostaria de fazer alguns comentários aqui do meu entendimento. Sobre o fundo acho muito válido a fiscalização que é a garantia dos inativos já tem e daqui a pouco vamos estar lá, não eu que sou estatutário, mas os demais servidores sim, quando penso em classe penso em todos e não somente nos fiscais e acho que é muito nobre a preocupação da fiscalização. Quanto ao parcelamento infelizmente esses parcelamento vem sendo feito por determinação da justiça de mandatos anteriores que deixaram de pagar, esse é o meu entendimento e também se houve atraso de pagamento neste mandato isso quer dizer que houve também autorização para parcelamento e vou fiscalizar mais fundo porque as vezes é até um desleixo meu. Com relação ao piso dos professores também acho que está caminhando bem, acho que é uma classe que estava

defasada mais estamos vendo que esta chegando e pelo que tenho ouvido na televisão eles pretendem melhorar mais os salários dos professores e acho válido porque realmente hoje está difícil frequentar uma sala de aula, mas não devemos esquecer que isso foi uma decisão do Supremo Tribunal Federal e não devemos esquecer que neste último piso agora determinou também que fosse retroagido a janeiro e o projeto que veio para esta casa determinado também que seria retroagido a janeiro. Pelo que li também no Paraná até agora apenas vinte e cinco por cento estão pagando o piso, acredito que todos ainda vão pagar porque é uma decisão do supremo, inclusive o Rio Grande do Sul vai ter que pagar, o pai do piso, ele está fugindo mais vai ter que pagar pelo meu entendimento, porque senão o que adianta ter um Supremo Tribunal Federal, então acredito que quem não está pagando vai ter que pagar. Referente aos resíduos sólidos nós tivemos aqui a pouco tempo até uma discussão legal, por que acho tem que debater, e o prefeito apresentou para nós um TAC que é um termo de ajustamento de conduta e também não esqueci que ele falou que até fevereiro estaria implantando e está atrasado, mais existe um termo de conduta com o Ministério Público então nada mais justo que cobrar do Ministério Público que o prefeito faça a realização disso, outra coisa falando nisso ainda, qualquer dúvida que tenham, pelo menos o que tem me passado o governo no qual sou líder nesta casa, que qualquer decisão judicial ele irá acatar. Referente aos escritores do livro "Histórias de famílias" vocês esqueceram do Wanderlei Mafra que é um dos escritores, o Arleto não é surpresa nenhuma por que o conheço desde criança e sempre soube da capacidade dele e acredito que o verdadeiro pai deste livro é o Arleto, os outros escritores participaram bastante e sabemos que haverá novas edições, tem bastante famílias se propondo, poucas criticando e muitas se propondo a ir lá colocar o nome e contar a história. Já comecei a ler e estou achando bastante interessante, não sou tão velho aqui em Peabiru assim, chegamos aqui no ano de setenta. Antes de terminar gostaria de desejar muito sucesso ao Jorge neste doutorado e que Deus lhe acompanhe e que você consiga êxito. Pediu aparte **Vereador Jorge Leandro**: Apenas para refrescar nossa memória, quando fiz parte da comissão permanente desta casa que fez a apreciação de algumas contas do governo municipal, já naquela ocasião havia o parcelamento que não era só de débitos de mandatos anteriores, era também do mandato anterior mais do mesmo prefeito e este de dois mil e dez, não sei se a senhoria faz parte da comissão que irá apreciar as contas, mas nas contas de dois mil e dez consta parcelamento de débitos de dois mil e dez e independe de interpelação judicial por que a clausula que consta no parcelamento diz que não precisa acionamento na justiça de nenhuma das partes e nem de terceiros para que se considere vencido, isso é simplesmente boa fé do pagador. Não estou dizendo que a ilegalidade no parcelamento, a ilegalidade em parcelar e assumir o compromisso que não vai mais atrasar e depois atrasar ai não a respeito ao parcelamento. O **Sr. Presidente** fez seus comentários: Com relação ao inciso II do art. 284 do Regimento Interno, o Vereador Jorge Leandro apresentou requerimento solicitando licença de trinta dias por motivos particulares, quero consultar os demais vereadores se tem algo para falar sobre o requerimento. Ninguém se manifestando declaro automaticamente aprovado o requerimento de licença do Vereador Jorge. Solicito a Aline que entre em contato com o suplente, no caso o Professor Tarcízio, para se possível tomar posse na sessão de amanhã. Gostaria ainda de reforça o que o Vereador Ângelo falou Jorge para que você tenha êxito no seu doutorado. O **Sr. Presidente** solicitou a leitura da **Ordem do Dia**: 01 – Projeto de Lei Complementar n.º 001/2012 que incorpora áreas de terras da zona rural ao perímetro urbano do Município de Peabiru. Recebeu o parecer favorável da Comissão de Legislação e Redação e da Comissão da Ordem Econômica e Social. O **Sr. Presidente** colocou em primeira discussão o **Projeto de Lei Complementar n. 01/2012**. Fez uso da palavra o nobre **Vereador Ângelo Prudêncio de Britto**: Está nesta casa esse projeto de lei que certamente será aprovada que trata de incorporação de terras

da zona rural ao perímetro urbano e ficamos felizes por ter pessoas de outros municípios apostando em Peabiru. São mais de dezessete alqueires e meio sendo incorporados e fazendo uns cálculos esses dias na secretaria de obras chegamos a quarenta e cinco alqueires de área urbana no município sendo loteada. Acredito que já se pensa em estruturas para isso e não vai se ter problemas, pelo contrário, acredito que vai dar certo. Ninguém mais fazendo uso da palavra, passou-se para primeira votação, sendo aprovado por unanimidade. O **Sr. Presidente** colocou em discussão o **Requerimento Verbal do Vereador Jorge Leandro,** que solicita a esta casa que elabore um estudo legal para verificar se a direito do servidor que tem seu salário aumentado em janeiro por conta da alteração do salário mínimo nacional, se ele tem direito ao reajuste na data base do servidor. Fez uso da palavra o nobre **Vereador Ângelo Prudêncio de Britto**: No projeto de lei número sete de dois mil e doze do reajuste ao funcionalismo e diz no segundo parágrafo que o salário mínimo é o fixado pela união federal, mas acho que o requerimento é válido para esclarecer melhor. Ninguém mais fazendo uso da palavra, passou-se para votação, sendo aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a se tratar o **Sr. Presidente** agradeceu a presença de todos declarando encerrada a sessão, do qual eu, Secretário lavrei a pressente ata que assino com o Sr. Presidente.

Plenário Vereador Jurceu Sakuma, 26 de março de 2012.

Alaerte Rodrigues dos Santos
Presidente

Ângelo Prudêncio de Britto
1º Secretário